



CÂMARA MUNICIPAL DE NANUQUE

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEGISLATURA: 2025-2028

MATERIA PRESENTADA
36ª
ORDINÁRIA
EM 20/6/25

INDICAÇÃO Nº 194/2025

ENCAMINHAR

Sessão 36ª Ordinária

Para:

Em

"Dispõe sobre a necessidade de o Poder Executivo Municipal regulamentar a concessão e distribuição das bolsas de estudo provenientes de parcerias e convênios com instituições de ensino superior sediadas no Município de Nanuque, com base em critérios objetivos, sociais e de vulnerabilidade econômica".

A Vereadora **LUALGA LOPES MIRANDA**, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município e Regimento Interno deste Poder Legislativo, remete ao Plenário, a seguinte Indicação para posterior encaminhamento ao Prefeito Municipal: **Indicar a necessidade de regulamentar e estabelecer critérios transparentes e sociais para a concessão das bolsas de estudo de cursos de nível superior, provenientes de convênios ou descontos concedidos por instituições de ensino instaladas no Município de Nanuque/MG.**

JUSTIFICATIVA

Atualmente, o Município de Nanuque mantém parcerias com instituições de ensino superior que concedem bolsas de estudo ou descontos em mensalidades a estudantes locais. Contudo, tem-se observado que a disponibilização dessas bolsas ocorre, muitas vezes, sem critérios técnicos e sociais definidos, sendo realizadas de forma pessoal e política, o que compromete o princípio da impessoalidade e da equidade no acesso às oportunidades educacionais.

É de conhecimento público que diversos cidadãos com renda familiar suficiente para arcar com os custos de uma graduação acabam sendo beneficiados, inclusive aqueles que já possuem curso superior concluído e ainda assim são contemplados com novas bolsas, enquanto jovens oriundos de escolas públicas e famílias de baixa renda, que realmente necessitam desse incentivo, ficam à margem do ensino superior.

A educação é um dos instrumentos mais eficazes para a transformação social, e as bolsas de estudo devem priorizar aqueles que encontram barreiras financeiras para prosseguir sua formação acadêmica, especialmente egressos da rede pública de ensino e famílias com renda per capita inferior a critérios definidos pela administração municipal.

Diante disso, propõe-se que o Poder Executivo elabore normativa própria estabelecendo critérios de seleção e fiscalização, com base, por exemplo, em:

- I – renda familiar per capita de até 1 (um) salário mínimo;
- II – estudo em escola pública ou como bolsista integral em escola particular;
- III – inexistência de diploma de curso superior;

Avenida Geraldo Romano, 231 – Centro – CEP: 39.860-000

CNPJ: 21.224936/0001-76

E-mail: contato@camarananuque.mg.gov.br

Lido na reunião de

CÂMARA MUNICIPAL DE NANUQUE
ESTADO DE MINAS GERAIS
LEGISLATURA: 2025-2028



CÂMARA MUNICIPAL DE NANUQUE
ESTADO DE MINAS GERAIS
LEGISLATURA: 2025-2028

ANEXO – MINUTA DE DECRETO MUNICIPAL

DECRETO Nº _____/2025

"Dispõe sobre a regulamentação da concessão e distribuição de bolsas de estudo oriundas de parcerias e convênios entre o Município de Nanuque e instituições de ensino superior, e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE NANUQUE/MG, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentada a concessão de bolsas de estudo e descontos em mensalidades de cursos de graduação oriundos de convênios firmados entre o Município de Nanuque/MG e instituições de ensino superior, de modo a assegurar critérios de transparência, impessoalidade e justiça social.

Art. 2º As bolsas de estudo serão destinadas prioritariamente a cidadãos que:

- I – sejam residentes no Município de Nanuque/MG há pelo menos dois anos;
- II – possuam renda familiar per capita de até 1 (um) salário mínimo;
- III – tenham cursado o ensino médio integralmente em escola pública ou como bolsistas integrais em escola particular;
- IV – não possuam curso superior concluído;
- V – apresentem documentação comprobatória e se submetam à avaliação socioeconômica pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 3º A seleção dos beneficiários será realizada por meio de edital público, amplamente divulgado nos meios oficiais de comunicação do Município, com prazos, documentos exigidos e critérios de pontuação.

Art. 4º A renovação das bolsas deverá ocorrer a cada semestre, mediante comprovação de aproveitamento acadêmico satisfatório e manutenção dos critérios socioeconômicos.

Art. 5º É vedada a concessão de bolsas de estudo em caráter pessoal, político ou sem observância dos critérios estabelecidos neste Decreto.

Art. 6º A Secretaria Municipal de Educação e a Secretaria Municipal de Assistência Social atuarão de forma conjunta na gestão, acompanhamento e fiscalização das bolsas concedidas.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.